



CONEPE 2018
**V CONGRESSO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO**

Ciência para promoção da equidade.

**INSTITUTO
FEDERAL**
Fluminense
Campus
Campos Guarus

ISSN 2525-975X

Reflexões acerca da Política de cotas nos programas de pós-graduação da UENF (Lei nº 6.914/2014)

RAFAELA NOGUEIRA DO NASCIMENTO e SHIRLENA CAMPOS DE SOUZA AMARAL

A educação é reconhecida como direito social e cultural, conforme define a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Certifica-se seu enorme potencial transformador enquanto viabilizador da ascensão dos indivíduos e do desenvolvimento e participação social. Entretanto, no que tange às universidades brasileiras, desde seus primórdios coloniais privilegiaram a formação das elites, criando-se disputas e tensões entre grupos de diferentes culturas, classes, cor/raça (GISI, 2006). Nesse sentido, em uma perspectiva de justiça distributiva acoplada à justiça cultural (FRASER, 2001), o Estado do Rio de Janeiro institui por meio das Leis nº 6.914/2014 e nº 6.959/2015 a política de cotas na Pós-graduação em suas universidades públicas. No entanto, em análise sobre os estágios pré-decisórios da formação da agenda-setting, Lima e Amaral (2017) observaram que a referida lei não foi alvo de debates prévios à sua aprovação e verificou-se resistência pela Casa Legislativa. No sentido de considerar os desafios e limitações na execução da política, objetiva-se analisar a política em relação ao acesso, permanência e conclusão dos discentes cotistas. Especificamente, com foco nos anos de 2016 a 2019, intenciona-se investigar como se dá a implementação do sistema de cotas; avaliar sua eficácia, observando desde os entraves na legislação até os critérios de seleção utilizados pelas comissões técnicas; comparar o quantitativo de inscrições nos processos seletivos na modalidade cota com o de aprovados, demonstrando o motivo de indeferimento ou reprovação; evidenciar o perfil socioeconômico do discente cotista; e, verificar os indicadores de permanência e evasão anuais. Trata-se de um estudo primordialmente qualitativo, por meio de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2009). Para tanto, realizar-se-á mapeamento dos cursos junto à SECACAD e a ProPPG da UENF, bem como aplicar-se-á questionários semi-estruturados aos discentes cotistas. Espera-se com o estudo colaborar com diagnósticos sobre a implementação de ações afirmativas nos PPGs das universidades brasileiras, de modo a contribuir para a avaliação e proposição de estratégias de garantia desse direito.

Palavras-chave: Políticas Sociais. Ações afirmativas. Pós-graduação.